

HISTÓRIA, ESTÓRIAS E HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA BRASILEIRA

Cristina Altman*

Resumo: A partir de algumas instâncias da reflexão histórica no Brasil em matéria linguística, discutem-se aspectos metodológicos do trabalho historiográfico como o estabelecimento do objeto, a seleção das fontes, a metalinguagem e a motivação do historiógrafo.

Palavras-chave: metodologia da historiografia linguística; história; historiografias.

OBSERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS¹

■ O texto de François Thurot (1768-1832), de 1796, apresentado como “Discours préliminaire” à sua tradução do livro de James Harris (1709-1780) – *Hermes, or a philosophical inquiry concerning universal grammar* – de 1751, é considerado pelos historiógrafos da disciplina a primeira historiografia da linguística de que se tem notícia (MOUNIN, 1970, p. 6; KOERNER, 1978, p. VI; SWIGGERS, 1996a, p. 918). O “Discours préliminaire” de Thurot (1796), com efeito, é aquele geralmente admitido como o primeiro da tradição linguística europeia a apresentar um panorama retrospectivo das ciências gramaticais², atividade que se situou entre o *Crátilo*, de Platão (429-c. 347 a.C.), e a *Logique*, de Étienne Con-

* Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade de Leuven (Bélgica). Professora titular da Universidade de São Paulo. E-mail: altman@usp.br.

1 O presente texto remonta às minhas primeiras incursões sobre a metodologia da historiografia linguística, tal como fui nela introduzida por dois dos meus grandes professores, Pierre Swiggers e E. F. K. Koerner, e é aqui apresentado, com pequenas modificações e atualizações bibliográficas, na forma em que foi submetido à apreciação da banca do concurso de livre-docência na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em dezembro de 2001. À exceção, talvez, de um certo preciosismo bibliográfico, mais afeito a uma banca de concurso do que ao público que hoje pretendo atingir, o texto representa meu pensamento atual sobre certas “questões que ainda persistem” em historiografia linguística contemporânea.

2 Koerner (1978a, p. VI) aponta três obras que seriam antecedentes ao trabalho de Thurot: a) Elias Caspar Reichard. *Versuch einer Historie der deutschen Sprachkunst*. Hamburg: J. A. Martini, 1747; b) Johann Christian Christof Rüdiger. *Grundriss einer Geschichte der menschlichen Sprache und Bücherkenntnis*. Part I: *Von der Sprache*. Leipzig: P. G. Kummer, 1782. Part I: “Von der Sprache” (não foram publicadas outras partes); c) Johann Christian Christoph Rüdiger. *Neuester Zuwachs der deutschen, fremden und allgemeinen Sprachkunde in eigenen Aufsätzen. Bücheranzeigen und Nachrichten*. Leipzig: P. G. Kummer, 1782-1793. 5 partes.

dillac (1714-1780). Thurot (1976) dividiu esse longo período em em duas épocas distintas: a primeira, das repúblicas gregas até o fim do Império Romano; a segunda, da Renascença italiana (século XV) em diante. Andresen (1978) avaliou o “Discours” como o início de uma nova atitude em relação à ciência da linguagem que rejeitou a especulação apriorística sobre a sua origem, um dos *hot points* da reflexão linguística no século XVIII (SALMON, 1995, p. 184), a favor de um relato *a posteriori* de fatos, orientado pelos dados, o que torna a releitura do texto ainda mais interessante.

Se a relevância do “Discours” de Thurot (1976) advém do fato de ter sido a primeira historiografia linguística do nosso horizonte retrospectivo ou de ter exercido um papel de divisor de águas em matéria de metodologia linguística não importa discutir aqui (ver também COSERIU, 1980b). O fato é que, desde o “Discours préliminaire”, a reflexão retrospectiva sobre questões de linguagem tornou-se uma prática cada vez mais constante em certos círculos acadêmicos ligados à filologia germânica, românica ou eslava, e, muito recentemente, também à disciplina linguística *stricto sensu*.

A prática de fazer preceder ao problema descritivo ou teórico que se aborda seu percurso histórico, como de hábito também no Brasil (ALTMAN, 1996), desenvolveu-se de forma secundária em relação a outros interesses, tomando frequentemente a forma ou de uma introdução panorâmica aos manuais de linguística geral (rever, por exemplo, SAUSSURE, 1993; JESPERSEN, 1949; BLOOMFIELD, 1933), ou de capítulo inicial às teses acadêmicas. De maneira geral, essas “introduções históricas” visam mostrar os avanços da disciplina, ou de parte da disciplina, em relação a estágios anteriores. Ou seja, muitos dos pesquisadores do século XIX, e mesmo do XX, que se dedicaram a historiar a linguística, estavam em alguma medida interessados ou na promoção de uma determinada teoria ou na manutenção do que entendiam ser a unidade essencial da disciplina como um todo. Vista dessa maneira, a historiografia linguística parece cumprir ora a função de moldura para uma questão que se coloca no presente, ora uma função terapêutica, destinada a remediar a fragmentação das ciências da linguagem que se considera excessiva.

Com efeito, por um lado, muitos linguistas estão convictos de que as descrições e explicações de hoje são muito mais adequadas (ou corretas) do que as feitas no passado por linguistas que se debruçaram sobre os “mesmos” problemas. Reconstruir o passado da disciplina, nesse caso, contribuiria muito pouco para o desenvolvimento da sua prática presente. Por outro lado, a excessiva compartimentalização da linguística em inúmeros grupos de especialidade é vista por muitos como uma ameaça à unidade da disciplina, especialmente depois que a dicotomia saussuriana entre diacronia e sincronia foi interpretada como o banimento da dimensão histórica do estudo da linguagem (KOERNER, 1978, p. 15). Reconstruir o passado da linguística, nesse caso, serviria para alinhar, para as gerações do presente, a fragmentação indesejável.

A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA COMO ATIVIDADE ACADÊMICA

A partir da segunda metade do século XIX, surgiram, paralelamente às introduções históricas de um problema, historiografias mais abrangentes, na sua grande maioria, e não por acaso, em alemão: Benfey (1965), Delbrück (1989), Steinthal (1890-1891), Thomsen (1945), Pedersen (1983), Arens (1969). Não é

fácil avaliar até que ponto esses manuais exerceram algum impacto na reflexão dos filólogos brasileiros do final do século XIX e início do XX, já que listar sistematicamente as referências dos livros consultados ao final de uma publicação não fazia parte do código editorial de então. Mas acredito que não seria de todo impropriedade admitir que o cânone estabelecido pelos historiógrafos alemães desse período tenha feito parte daquele que se disseminou entre os brasileiros que se dedicaram à reflexão histórica da sua disciplina até, pelo menos, a primeira metade do século XX. Tanto é que, no seu *Manual de filologia portuguesa* de 1952, Serafim da Silva Neto (1917-1960), líder intelectual da segunda geração acadêmica de filólogos brasileiros (COELHO, 1998), recomendou “aos interessados pela história das pesquisas etimológicas”, entre outros, a leitura de Benfey (1965), Steinthal (1890-1891), E. Wölffin, [Eduard Herman] F. Müller, G. Götz, [Max] G. Gröber, E. Fiesel (SILVA NETO, 1988, p. 247)³. Ao que tudo indica, as primeiras gerações de acadêmicos brasileiros – vale lembrar que as primeiras faculdades de filosofia do país só foram criadas em 1934, em São Paulo, e em 1935, no Rio – herdaram, pois, não apenas a concepção de linguística e do fazer do linguista da tradição alemã do século XIX, mas também a historiografia que a legitimou – e divulgou – como a “verdadeira” ciência da linguagem.

Seja como for, também é consenso entre os pesquisadores contemporâneos que a historiografia linguística, como legítima especialidade acadêmica, recrudescer e generalizou-se a partir do IX Congresso Internacional de Linguística, de 1962, realizado em Cambridge, quando Noam Chomsky chamou a atenção para a tradição que se desenvolveu em torno, especialmente, das proposições de René Descartes, Port Royal e Wilhelm von Humboldt. O interesse da *cartesian linguistics* (CHOMSKY, 1966), modo como designou “o estudo da linguagem, da psicologia e de temas relacionados, que se desenvolveu mais ou menos no quadro teórico cartesiano”⁴ (CHOMSKY, 1997, p. 104), não foi apenas esse, evidentemente. Ao vincular sua linguística a teorias do passado, anteriores àquelas que lhes seriam contemporâneas, ou imediatamente antecedentes, e às quais fez franca oposição, Chomsky inaugurou uma maneira inusitada de visitar a história, não a única, mas, certamente, a mais polêmica (KOERNER, 1983, 1984; KOERNER; TAJIMA, 1986; SIMONE, 1995; JOSEPH, 1999). Como se sabe, até hoje, a chamada revolução chomskiana tem servido de estímulo para contínuas (e igualmente polêmicas) revisões históricas (MURRAY, 1994; NEWMAYER, 1986a, 1986b, 1996, 1998; MATTHEWS, 1993; HARRIS, 1993; CHOMSKY, 1997).

No esteio da *cartesian linguistics* surgiram, na segunda metade do século XX, um sem-número de teses acadêmicas, artigos e monografias sobre teorias linguísticas “do passado” (KOERNER, 1978, p. 33 et seq.), em meio à nova fornada de manuais mais “modernos” que começaram a circular pelos circuitos acadêmicos europeus e americanos, como Ivić (1965), Leroy (1963), Tagliavini (1963), Malmberg (1964), Lepschy (1971), Mounin (1970, 1972), Robins (1967) e Coseriu (1969-1972). Esses, sim, quase todos traduzidos para o português ao longo da década de 1970⁵, e de ampla recepção na bibliografia daqueles considerados

3 Agradeço a Olga Coelho, Angela França e Beatriz Christino, pós-graduandas e pesquisadoras do Cedoch-DL/USP, o fato de terem chamado minha atenção para várias dessas referências.

4 No original: “the study of language, psychology and related topics, that developed within a more or less Cartesian framework”.

5 Outros manuais de história da linguística entraram no país até os anos 1980, em versão brasileira, portuguesa ou espanhola, e tiveram alguma recepção nos cursos de graduação da década de 1970, especialmente: Thomsen (1945) circulou em versão espanhola, até onde pude verificar, nunca traduzido para o português; Machado (1942); Leroy (1971); De Guevara e Llorente (1967); Vilanova e Lujan (1950); Coseriu (1980a); Malmberg (1971); Mounin (1970, 1972); Lepschy (1971). A partir dos anos 1990, o interesse por disciplinas de orientação histórica mudou essa situação: os manuais de história têm chegado às nossas bibliotecas quase que simultaneamente às dos países originários das publicações.

hoje a primeira geração de linguistas brasileiros (ALTMAN, 1996). Acrescente-se a esses, nesse período, Mattoso Câmara (1975b), exemplo isolado de manual de história da linguística escrito por um brasileiro.

A recepção à *cartesian linguistics* no Brasil – resenhada por Miriam Lemle já em 1967 e divulgada em larga escala à comunidade brasileira em versão portuguesa a partir de 1972 – parece ter provocado um impacto diferente. A recepção brasileira à leitura que Chomsky fez da tradição cartesiana se deu muito mais no sentido de servir de instrumento de legitimação para uma prática de análise linguística que se buscava para o presente do que como estímulo à reflexão histórica sobre as ciências da linguagem do passado. Nada mais compreensível. Ao contrário dos *scholars* americanos e europeus que já contavam com sociedades científicas, produção periódica reconhecida, congressos e encontros científicos especializados, desde, pelo menos, a década de 1920, a universidade brasileira só teve a disciplina linguística institucionalizada em 1962, por resolução federal. Era de esperar que essa geração, encarregada da institucionalização do campo, sustentasse mais uma visão prospectiva da disciplina do que retrospectiva. Observe-se:

Está se formando, ao redor de Chomsky, uma corrente revolucionária na linguística: é da chamada gramática gerativa-transformacional. Novas questões, novas posições teóricas, novos rumos de investigação, novas formas de descrição vêm sendo propostas. [...] Para nós, que acompanhamos o desenvolvimento à distância, com atraso no acesso às novas publicações e dificuldade de diálogo informal, com os linguistas do próprio meio onde a teoria vem se formando, a tarefa de nos mantermos ao par dos últimos progressos fica duplamente dificultada (LEMLE, 1973, p. 55-56, grifo nosso).

A “história sumária”, de Mattoso Câmara

O resultado é que, à exceção de Mattoso Câmara, poucos linguistas brasileiros das décadas de 1960 e 1970 se dedicaram à tarefa de elaborar textos sobre história da linguística, embora esse tópico, aparentemente, tenha feito parte dos currículos das Faculdades de Letras que foram surgindo nesse período (CASTILHO, 1965). Até os anos 1980, só a *História da linguística*, de Mattoso Câmara (1975b), pôde ser citada como manual suficientemente abrangente, elaborado por um linguista brasileiro. Mesmo assim, trata-se de um conjunto de textos originalmente escritos em inglês para um público não brasileiro que, somente alguns anos depois, após a morte do autor, seria vertido para o português e publicado em forma de livro. Os originais, datados de 1962, foram escritos para o curso de história da linguística que Mattoso Câmara ministrou na Universidade de Washington, em Seattle, como professor visitante do Instituto de Linguística organizado naquele ano pela Linguistic Society of America.

Parte desse curso foi repetida em pelo menos duas outras ocasiões: uma, no Rio de Janeiro, em 1965, por ocasião do I Seminário Brasileiro de Orientação Linguística para Professores de Ensino Médio e Universitário; outra, no México, entre novembro de 1967 e fevereiro de 1968, por ocasião do II Instituto Interamericano de Linguística, organizado conjuntamente com o IV Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Línguas (Pilei)⁶. Para esses cursos, Mattoso Câ-

6 O Pilei foi fundado em 1963 por Donald Solá, em Cartagena de Índias, Colômbia, com o objetivo de propiciar o intercâmbio entre linguistas e filólogos dos Estados Unidos, da América Hispânica e da Europa (CASTILHO, 1984). O Pilei foi desativado em 1981 (ALTMAN, 1998, p. 162-163).

mara preparara a tradução de oito dos 32 capítulos originais que, apostilados, circularam informalmente entre os participantes. Dessas traduções originais, somente uma foi publicada: “A descoberta do sânscrito pela erudição moderna” (MATTOSO CÂMARA, 1975a, p. 5-8; 1975b, p. 33-37)⁷. Nesse manual, de largo escopo, não há nenhuma referência ao contexto acadêmico brasileiro ou aos seus pesquisadores. Mattoso reviu as tradições clássicas do pensamento linguístico desde a Antiguidade até a tradição estrutural sincrônica, que lhe era contemporânea, passando pela Idade Média, pelo Renascimento, pelos séculos XVI, XVII e XVIII, XIX e por grande parte do século XX.

Além de Mattoso Câmara, os linguistas brasileiros que eventualmente se dedicaram à revisão das tradições de estudo linguístico que os antecederam o fizeram como introdução aos seus manuais de linguística geral ou aos manuais da sua especialidade, como Borba (1967) e sucessivas reedições, Lopes (1993), Miazzi (1972), Scliar-Cabral (1979), Lobato (1986), Faraco (1991), Brandão (1991), Ilari (1992), Mattos e Silva (1994), entre outros. Pelo menos até o início dos anos 1990 (ALTMAN, 1997a), é especialmente nos capítulos iniciais dos manuais de linguística que encontramos retrospectivas sobre as ciências da linguagem, tal como percebidas (e propostas) pelos pesquisadores brasileiros. Consequentemente, é nessa literatura que é possível tentar resgatar os modelos de ciência e de história da ciência que sustentaram, até então, nossas práticas.

Tendências contemporâneas

Desde a controversa interpretação cartesiana da história da linguística de Noam Chomsky, pois, o interesse pelas tradições linguísticas do passado tem experimentado, mundialmente, um crescimento excepcional (BIBLIOGRAPHIE LINGUISTIQUE, 1970 et seq.). Fato que sugere, para alguns, o desejo da comunidade acadêmica de estabelecer a historiografia das chamadas ciências da linguagem de modo comparável, *mutatis mutandi*, à história das ciências naturais (KOERNER, 1978, p. 33). Com efeito, é consensual o impacto que *The Structure of Scientific Revolutions (A estrutura das revoluções científicas)*, de Thomas Kuhn (1970), provocou na reflexão das ciências humanas e sociais e, por extensão, na maneira de interpretar sua historiografia (KOERNER, 1975, 1984; PERCIVAL, 1976; HYMES, 1983; SWIGGERS, 1990).

O texto considerado metodologicamente importante para a redefinição da historiografia linguística como atividade de pesquisa foi a introdução de Dell Hymes (1983) à sua antologia de 1974, *Traditions and paradigms* – embora os romanistas talvez tenham notado o texto de Malkiel (1969) um pouco antes. Naquele texto, Hymes antecipou os pontos que viriam a caracterizar as principais tendências da historiografia linguística contemporânea: autorreflexão metodológica; definições intensionais do objeto; ampliação de escopo e datação; contextualização; abertura para a linguística antropológica, a história, a filosofia e a sociologia das ciências.

Sucederam-se a Hymes (1983), em progressão geométrica, as antologias, de conteúdo bastante variado quanto à orientação metodológica e ao modelo de história utilizado, ao lado de inúmeras biobibliografias, injustamente pouco valorizadas.

⁷ A tradução dos outros textos, que acabaram por constituir a versão publicada em livro de 1975, foi feita por uma de suas ex-alunas, Maria do Amparo Barbosa de Azevedo, a quem agradeço a presteza com que me forneceu várias das indicações sobre o destino dos originais e detalhes sobre as circunstâncias da sua tradução.

zadas pelos linguistas brasileiros, mas, na verdade, instrumentos preciosos de trabalho, entre inúmeros outros: Sebeok (1975), Parret (1976), Schmitter (1987), Auroux (1989, 1992, 2000), Dutz (1993), De Clercq e Desmet (1994), Koerner e Asher (1995), Law (1993), Hüllen (1990), Swiggers (1999), Koerner et al. (2000), Koerner (1978), Niederehe (1995, 1999, 2005), Stammerjohann (1996), Barriga Villanueva e Parodi (1998) e Esparza e Niederehe (2012) são bons exemplos.

Sucederam-se, também, aos pioneiros *Historiographia Linguistica* (desde 1973) e *Histoire, Epistémologie, Langage* (desde 1979), os periódicos especializados: *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft* (desde 1991), a *Revista Argentina de Historiografía Lingüística* (desde 2009), além dos boletins publicados regularmente pelas sociedades científicas e grupos de trabalho: o da Société d’Histoire et d’Epistémologie des Sciences du Langage, desde 1979; o da Henry Sweet Society for the History of Linguistic Ideas, desde 1984, convertido em publicação periódica desde 2009, sob o título *Language and History*; o da North American Association for the History of the Language Sciences (NAAHoLS), desde 1987; o da Sociedad Espa ola de Historiografía Ling stica, desde 1997; e, ainda, o da mais recentemente criada, em 1999, Sociedade Mexicana de Historiografía Ling stica; novos manuais de envergadura surgiram quase que anualmente – Malmberg (1991), Lepschy (1990-1994), Matthews (1993), Swiggers (1997) e Seuren (1998) –, paralelamente a um universo inesgotável de monografias e antologias sobre tradições nacionais de pesquisa ling stica, inclusive luso-brasileiras (cf. BASTOS; PALMA, 2004, 2006, 2008; ASSUNÇÃO; LOUREIRO, 2010; ZWARTJES, 2011), especialidades acadêmicas, períodos específicos, *hot points* entre linguistas, para citar apenas os temas mais gerais e mais recentes. Escusado dizer que esta pequena cr nica está longe de ser exaustiva (para tanto, ver também KOERNER, 1978, 1995c; KOERNER; ASHER, 1995; SWIGGERS, 1989, 1991, 1996b, 1999).

O DOMÍNIO DA HISTORIOGRAFIA LING STICA

O estatuto de uma disciplina está estreitamente ligado a seu domínio próprio e   constituição, através da história, desse domínio. Sua delimitação será tanto mais complexa quanto maior for a dificuldade de atribuir à disciplina um limite máximo e um limite mínimo de inclusão (DE CLERQ; SWIGGERS, 1991). Com efeito, a primeira dificuldade daquele que se lança   tarefa de escrever a história da ling stica é estabelecer o que deve ser incluído no escopo do termo “ling stica” – e suas variantes – sem o que qualquer tentativa de historização não encontra seu(s) objeto(s) material(is) de observação e qualquer tentativa de periodização se torna inexequível. O primeiro desafio do historiógrafo da ling stica reside, pois, na explicitação dos limites do seu domínio e na enumeração dos seus objetos possíveis.

Bugarski (1976) considera que, do ponto de vista “externo”, a base de delimitação da disciplina ling stica  , em princípio, razoavelmente simples para o período contemporâneo. De fato, parece ser consensualmente admitida, ao menos pelos que hoje a ela se dedicam, a especificidade da disciplina ling stica diante de outras disciplinas que direta ou indiretamente se debruçaram, em séculos anteriores, sobre o objeto-linguagem: lógica, retórica, poética, filosofia, teologia. Diferentemente delas, que teriam usado as línguas como instrumento

de investigação de objetos de outra natureza, a linguística seria a disciplina dedicada ao estudo da linguagem “em si mesma”.

A rigor, o consenso atual sobre a autonomia da disciplina linguística, ou das várias subdisciplinas que constituem hoje seu domínio, pouco nos ajuda na identificação de linhas de investigação sobre a linguagem anteriores ao século XIX. O conhecimento sobre a linguagem, formalizado ou não, institucionalizado ou não, fez parte da vida intelectual de muitos povos antes do século XIX, sob outras formas e sob diferentes designações. Não há razão alguma por que devam ser excluídos das historiografias linguísticas contemporâneas que se propõem abrangentes, ou mesmo daquelas mais especializadas, que se erigem a partir de problemas específicos e das respostas dadas a esses problemas. De uma perspectiva ampla, o termo linguística pode se referir a qualquer estudo sobre a linguagem que tenha sido feito pelo homem, onde quer que se encontrem dele vestígios de documentação.

Considere-se ainda que, embora a questão da autonomia da disciplina linguística pareça estar, nos dias de hoje, resolvida, determinar com precisão do que se trata exatamente esse objeto “em si mesmo” é tarefa, admitida, quero crer, por qualquer historiógrafo da linguística (e também por qualquer linguista), como extremamente difícil. E não apenas quando se comparam diferentes tradições ou sistemas de ideias que se desenvolveram no eixo da história, mas também quando se contrastam diferentes programas de investigação do ponto de vista da sua visão sobre o objeto-linguagem, co-ocorrentes em um mesmo momento histórico. O que facilmente se observa é que os linguistas não apenas respondem diferentemente a um determinado conjunto de problemas, como não estão de acordo sobre quais problemas seriam realmente “linguísticos” – ver, por exemplo, os debates em torno do conceito de *I-language* e *E-language* de Chomsky (1988). Do ponto de vista “interno”, pois, as dificuldades de delimitação do domínio da disciplina linguística não são menores. Qualquer tentativa de definir extensionalmente o campo das ciências da linguagem e sua datação – para assim delimitar o escopo da sua historiografia – esbarra na dificuldade formidável de se estabelecer com clareza, dentre os diferentes “grupos de especialidade” (MURRAY, 1994), que se formaram no processo de institucionalização da disciplina, qual é o recorte que define, para cada um, seu objeto formal. E, para a comunidade acadêmica brasileira, tal dificuldade não constitui exceção (ALTMAN, 1998).

As múltiplas dimensões da linguagem humana despertaram, ao longo da história, a atenção de muitas disciplinas, sob perspectivas diferentes. Em um determinado momento, e em um determinado lugar, uma ou várias dessas dimensões se institucionalizaram, se distribuíram por diferentes domínios e se desenvolveram de maneira desigual (HYMES, 1983), o que as habilita, todas, em princípio, a fazer parte da história dos estudos linguísticos.

Sendo assim, a disciplina que pretender a reconstrução do conhecimento sobre a linguagem tem como objeto, de antemão, todas as formas sob as quais esse conhecimento se manifestou, no seu processo histórico.

FONTES PARA A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

A natureza de uma historiografia linguística, não poderia ser de outra maneira, está diretamente ligada ao(s) tipo(s) de material a partir do qual se erige.

Uma das estratégias, portanto, para circunscrevermos seu domínio seria interrogar-nos sobre quais tipos de materiais poderiam lhe servir de fonte. E estes ultrapassam em muito as formas de conhecimento sobre a linguagem que tradicionalmente se designam por gramáticas, vocabulários ou textos teóricos metalinguisticamente elaborados. Malkiel (1969) chamou a atenção para as autobiografias, memoriais, prefácios, correspondência, resenhas, elenco ao qual Swiggers (1982) ainda acrescentou os arquivos orais e fotográficos, especialmente no que concerne aos séculos XIX e XX.

Hymes e Fought (1981, p. 22) sugeriram uma classificação das fontes a partir do tipo de informação que elas podem oferecer para o historiógrafo. Haveria fontes mais propícias para informar sobre teorias e métodos linguísticos; outras mais afeitas às maneiras pelas quais os linguistas lidaram com dados e problemas; outras que dariam pistas sobre as influências e as afinidades entre os linguistas, ou entre os linguistas e os não linguistas; outras, ainda, que informariam sobre as circunstâncias institucionais, profissionais e sociais que moldaram a atividade de pesquisa do linguista, ou ainda sobre crenças, valores, atitudes de pessoas, grupos e gerações que afetaram os rumos e as orientações que tomou o conhecimento linguístico em determinado contexto histórico.

De Clerq e Swiggers (1991) observaram que os manuais de história da linguística mais tradicionais – aqueles que citamos como representativos das décadas de 1960 e 1970 são bons exemplos – compartilham de uma orientação comum, que consiste em se apoiar quase que exclusivamente em textos publicados, de alcance razoavelmente teórico, e em analisá-los do ponto de vista do seu processo de produção. Uma historiografia com essa orientação sustenta, na perspectiva dos dois autores, uma visão da história da linguística como uma sucessão de enunciados explícitos sobre a estrutura, a função, a história, a filiação e a inserção cultural das línguas, ou sobre os modelos de análise das línguas. Com efeito, de maneira geral, esses manuais não discutem a legitimidade do material que os constituem, tampouco explicitam o critério de seleção utilizado para incluir (ou excluir) esta ou aquela teoria, esta ou aquela tradição de pesquisa, estes (e não aqueles) linguistas. A história da linguística, dessa perspectiva, é a história de um conhecimento já constituído, metalinguisticamente elaborado, e revestido de interesse teórico.

O processo como parte da história

Os textos de alcance teórico estudados pelo historiógrafo da linguística são (explícita ou implicitamente) ladeados por práticas – ritos, jogos linguísticos, atividades de ensino, atividades políticas e administrativas – que revelam a natureza e a função desses textos. Nossa tendência a levar em conta apenas os considerados grandes textos do passado, excluindo textos “menores” – manuais escolares, dicionários práticos, informações encontradas em enciclopédias e trabalhos de referência geral –, dificulta-nos avaliar o papel que o *background* institucional, ou simplesmente pragmático, pode ter exercido sobre o modo de produção daquele texto. A linguística, afinal, é uma ciência e uma disciplina; consequentemente, sua história é parte da história geral das ciências e das disciplinas (HYMES, 1983, p. 345).

Além disso, os textos que publicamos nos informam sobre os resultados adquiridos, mas não nos informam sobre a maneira pela qual esses resultados

foram obtidos, ou sob quais circunstâncias as pesquisas que relatam foram efetuadas. Tampouco nos informam sobre as dúvidas, as hesitações e as hipóteses que inspiraram o autor do texto ou que foram abandonadas pelo caminho. Colocar o processo de produção do conhecimento linguístico em perspectiva histórica significa buscar, na medida do possível, uma documentação paralela ao texto publicado que nos serve de fonte, que pode incluir desde a correspondência (incluindo eletrônica) entre dois autores até anotações de leitura, notas de aula, de conferências e assim por diante.

A descrição gramatical de línguas não indo-europeias feita pelos missionários católicos nos séculos XVI e XVII é um bom exemplo de como a vocação religiosa e pedagógica dessas missões condicionou o tipo de tratamento a que inicialmente foram submetidas essas línguas (por exemplo, ZWARTJES; HOVDHAUGEN, 2004; ZWARTJES; ALTMAN, 2005; ZWARTJES; JAMES; RIDRUEJO, 2007; ZWARTJES, ARZÁPALO, SMITH-STARK, 2009). O estudo dessa produção gramatical deveria incluir, portanto, textos frequentemente rejeitados pelo cânone historiográfico tradicional devido à sua natureza eminentemente prática, mas que nos poderiam ajudar a compreender as estratégias de abordagem dessas línguas, como processos incipientes de busca de conhecimento sobre a linguagem: são catecismos, relatórios de viajantes, traduções de textos literários ou oficiais, relatórios científicos, cartas, relatos, mapas, informações, sermões etc. – por exemplo, o tipo de documentação utilizada em Stutz (2000) ou Christino (2007).

A historiografia linguística que ambicionar descrever e explicar a história das ciências da linguagem, e os fatores que puderem ser associados ao seu desenvolvimento, deve ambicionar igualmente examinar as circunstâncias de produção e de recepção do conhecimento que se constrói sobre a linguagem e as línguas. Dessa perspectiva, a historiografia linguística tem como objeto a história dos processos de produção e de recepção das ideias linguísticas e das práticas delas decorrentes que, por sua vez, geraram novas ideias e novas práticas, em um processo de continuidade e descontinuidade, de avanços e de retomadas, inerentes à busca de conhecimento. As maneiras pelas quais o conhecimento linguístico se produziu, desenvolveu, foi divulgado e percebido também fazem parte, em suma, da sua história.

Zeitgeist

Concentrar-se apenas nas instâncias produtoras de enunciados linguísticos é abrir mão de uma variável importante na reflexão sobre o conhecimento linguístico: o “clima de opinião” do momento em que o texto sob exame se insere, que se poderia definir, aproximativamente, como o que cada membro de uma geração deve ter aprendido por pertencer a tal ou qual época (KOERNER, 1984).

Nesse sentido, o exame dos periódicos culturais, das revistas especializadas – a chamada literatura “de recepção” – não está completamente fora dos interesses do historiógrafo orientado também para a detecção das opções ideológicas que atravessaram o campo das ciências da linguagem. Uma historiografia que trata apenas dos desenvolvimentos de uma disciplina no interior dela mesma, do ponto de vista da sua “matriz disciplinar”, como se ela tivesse surgido e se desenvolvido em um nada intelectual, social e político, é, em princípio, redutora. Corre o risco de deixar de lado um bom conjunto de razões que poderiam explicar por

que determinado quadro de trabalho (ou teoria, ou modelo, ou programa de investigação) foi bem ou malsucedido: Radwanska-Williams (1994) é um excelente exemplo sobre as grandezas e as misérias dos homens que construíram programas de investigação bem-sucedidos ou, ao contrário, que fracassaram pela simples razão de estarem no lugar errado, na hora errada (cf. ALTMAN, 1997b).

Swiggers (1990) questiona, pois, com razão, o fato de as historiografias linguísticas mais recentes terem se dividido entre duas orientações aparentemente opostas – umas focalizam quase que somente o conteúdo do conhecimento linguístico, e outras privilegiam o contexto em que este conhecimento se produziu. Embora requeiram procedimentos metodológicos diferentes – historiografias do primeiro tipo operam sobre as dimensões “internas” das teorias linguísticas, enquanto as do segundo tipo lidam com as teorias da perspectiva do contexto social, cultural ou político – conteúdo e contexto estão inevitavelmente ligados, embora nossa maneira de percebê-los possa, às vezes, sugerir o contrário.

Pessoalmente, não consigo separar a reflexão epistemológica, ou metodológica, sobre o conhecimento linguístico do momento histórico e do contexto intelectual e social em que ele foi formulado e se desenvolveu. Tal perspectiva me faz entender como tarefa básica da historiografia linguística, por consequência, a descrição (não normativa) dos princípios e métodos de produção do conhecimento linguístico, e de seus resultados (bem ou malsucedidos) em determinado momento, inevitavelmente histórico.

Certas armadilhas de que o historiógrafo frequentemente é vítima por não levar em consideração os contextos em que a ideia objeto do seu estudo foi produzida estão exaustivamente discutidas em Koerner (1995a, 1995b). Com efeito, é razoável admitir que ideias linguísticas não se desenvolvem no vazio, desvinculadas das outras ideias que as circundam no momento em que entram em evidência, e das práticas que lhes são paralelas. Ignorá-las é aumentar o risco de tomar como norma única e desejável de teorização e de prática de análise linguística nossa concepção contemporânea de conhecimento da linguagem. E, se há um interesse em reconstruir o que nossos antepassados disseram uns aos outros sobre a linguagem e as línguas, esse é justamente nos ajudar a (re)conhecer diferentes formas de vida intelectual, além das nossas (RORTY, 1993). O que não nos deixa esquecer a natureza inevitavelmente provisória do conhecimento que produzimos hoje.

GRANDES HOMENS, GRANDES IDEIAS

É interessante observar que a perspectiva privilegiada pelos manuais tradicionais de história da linguística é, frequentemente, a da figura individual do autor da teoria, do precursor genial, do pioneiro na aplicação de um método ou na construção de um modelo. Há problemas aqui que, de certa maneira, retomam aqueles já mencionados: como selecionar dentre todos aqueles que de alguma maneira refletiram sobre a linguagem os precursores realmente “geniais” ou ainda como pinçar, do mesmo elenco, aqueles que foram “grandes linguistas” e não outros “grandes outra-coisa-qualquer”?

Difícilmente tais questões seriam problematizadas dessa maneira em áreas de conhecimento como a biologia ou mesmo a química. Nesse terreno, sua emergência como domínios autônomos de estudo praticamente coincide com o momento em que se começou a escrever sobre eles, ou porque há inquestionáveis

histórias de progresso para relatar (RORTY, 1993, p. 255), ou porque são campos de conhecimento mais paradigmaticizados no sentido kuhniano, ou seja, menos sujeitos a controvérsias e a idas e vindas do que a linguística ou a filosofia.

Em domínios como os das chamadas ciências da linguagem, admitir como hipótese de trabalho o interesse em dialogar com linguistas do passado suscita de imediato duas questões complexas: a primeira consiste na seleção dos agentes com os quais esse diálogo pode se estabelecer, e a segunda se reporta à questão da (meta)linguagem em que esse diálogo se torna possível (RORTY, 1993; KOERNER, 1995d).

O herói

Acredito que não pareça completamente adequado a ninguém proceder à seleção dos grandes “pioneiros” em ciências da linguagem unicamente do ponto de vista privilegiado do presente – embora esse pareça ser um critério bastante comum aos manuais tradicionais de história da linguística. A identificação – e seleção – dos “grandes linguistas” do passado que constituem nosso horizonte de retrospectão em determinado momento parece encontrar justificativa na sua contribuição para a solução dos problemas que nos colocamos no presente.

Nesse sentido, o modelo de herói, que subjaz às retrospectivas que efetuamos sobre as tradições brasileiras de pesquisa linguística, parece não constituir exceção: tanto nos textos que procuraram mapear a produção linguística brasileira de forma mais abrangente quanto nos textos que se valeram da retrospectiva de uma especialidade que se institucionalizou dentro da linguística para introduzir seus manuais, a narrativa desenvolveu-se do ponto de vista do precursor, do mentor de uma “nova” ideia, enfim, do “herói”.

Tal perspectiva reforça a imagem do trabalho científico como a atividade solitária de um indivíduo de cuja genialidade nós, humildes mortais, seremos sempre devedores. Acredito que a unanimidade dos linguistas brasileiros contemporâneos não hesitaria em reconhecer que é Mattoso Câmara quem deva ocupar o honroso lugar de precursor da ciência linguística no país, tal como a entendemos hoje – ver conceito de “fase heroica” em Barros (1993) por exemplo. Mesmo que possa ter havido outros *scholars* brasileiros, “pioneiros” em discutir com seus alunos uma literatura linguística “moderna”, foram os *princípios* de Mattoso Câmara que exerceram maior impacto como o manual exemplar de linguística a ser seguido pelas gerações de linguistas sul-americanos que o sucederam, ou, ao menos, é como tal que até hoje é percebido (PINTO, 1981; COSERIU, 1976; ALTMAN, 1998). Com efeito, centenas de pessoas atravessaram o Rubicon no ano 49 a.C., mas só a passagem de César é que pode ser relacionada com o estabelecimento de uma nova ordem política no Império Romano. As demais pessoas que atravessaram o rio, nessa e em outras épocas, não trouxeram implicações semelhantes para o quadro de reflexão do historiador da Roma antiga (SCHAFF, 1991, p. 210). *Mutatis mutandi*, a arbitrariedade do historiógrafo que seleciona o cânone do domínio de conhecimento que reconstrói parece encontrar seu limite na consistência da rede de relações que tece entre nomes, fatos e datas, que passam a constituir o sistema de referência a partir do qual justifica suas seleções e interpretações.

Mais do que focalizar as soluções e os argumentos bem-sucedidos daqueles que reconhecemos como os grandes sábios do passado, nada nos impede, em

princípio – e essa é mais uma das tarefas do historiógrafo da disciplina –, de questionarmos por que determinados problemas foram colocados em evidência por determinado(s) linguista(s) nesta ou naquela época, desta ou daquela maneira. Ou, ao contrário, por que determinadas questões não chegaram a ser formuladas, ou por que, uma vez formuladas, caíram no esquecimento, ou foram simplesmente desconsideradas por “irrelevância”.

Nesse tipo de indagação, nossa reflexão se desloca da figura isolada do herói que “antecipou” (ou que fracassou em antecipar) a solução de um problema descritivo e/ou teórico que entendemos melhor no momento presente para o conjunto de problemas que, no seu momento histórico, foi considerado linguístico, ou da competência de alguém interessado em matérias de linguagem resolver. Ou seja, o propósito é tentar justificar por que um linguista e sua geração consideraram, ou descartaram, determinado conjunto de questões como sendo (parte da competência) da ciência da linguagem. Não se pretende aqui julgar o alcance ou as limitações das soluções individuais dadas às questões propostas no passado e hoje.

Em outras palavras, em linguística, como em filosofia, e talvez diferentemente da biologia ou da química, os problemas que se colocam os linguistas, além de um uso descritivo, parecem assumir um valor, para usar o termo do próprio Rorty (1993, p. 257), “honorífico”. Ou seja, de um ponto de vista eminentemente descritivo, determinadas questões colocadas sobre a linguagem podem caracterizar esta ou aquela escola linguística. Já de um ponto de vista “honorífico”, determinadas questões, por serem tão essenciais e gerais, deveriam ser pensadas por qualquer um que se interessasse sobre a linguagem em qualquer tempo e em qualquer lugar.

Assim, se o historiógrafo avalia que os problemas propostos por certos linguistas do passado são compartilhados ou devem ser revistos diante das questões privilegiadas por linguistas do presente, tal ou qual antecessor fará parte do seu cânone. Juntos compõem determinada tradição de estudo linguístico que assume contornos próprios na medida em que é desenhada pelo historiógrafo, a partir de um conjunto compartilhado de perguntas e/ou de maneiras de elaborar essas perguntas e responder a elas. Os critérios de seleção do historiógrafo, nesse caso, deslocam-se do valor intrínseco, *in abstracto*, que possa ter assumido um predecessor genial, para um conjunto de pesquisadores que se ocuparam, talvez até em diferentes momentos da cronologia da disciplina, dos mesmos problemas, ou da mesma maneira de compreendê-los e de como buscar solucioná-los. Nossos predecessores geniais, que se revestiram de valores “honoríficos”, por terem mais bem sintetizado as questões que parecem fundamentar determinado domínio de conhecimento, podem, ou não, fazer parte dessa tradição e, em consequência, ser estudados dentro do cânone reconstruído pelo historiógrafo ou fora dele.

Nesse tipo de historiografia, o lugar que nossos “heróis” ocupam na história da constituição do domínio das ciências da linguagem é relativo às tradições do pensamento linguístico de que fizeram parte – ou das quais se excluíram.

A metalinguagem

Ao reconstruir as ideias e as práticas de linguistas do passado, frequentemente o historiógrafo se vê no dilema entre reproduzir fielmente os termos com

que esse linguista se expressou, correndo o risco de não ser compreendido pelo seu leitor contemporâneo, ou modernizar argumentos e a metalinguagem do autor do passado, correndo o risco de desvirtuar suas proposições originais (KOERNER, 1995d). Nos irreverentes termos de Rorty (1993, p. 247): ou impomos a nossos mortos, de forma anacrônica, nossos problemas e vocabulário, tentando fazer deles colegas com quem debater, ou limitamos nossa atividade interpretativa ao contexto em que escreveram seus textos, de modo a tornar menos bobas as falsidades que proferiram.

Škiljan (2000) exemplifica a questão a partir da tradução de um *corpus* da tradição gramatical grega, em que distingue a tradução retrospectiva, em que se procura reconstituir o sentido exato dos termos originalmente empregados pelo autor-fonte, especialmente aqueles de natureza técnica, da tradução prospectiva, em que se privilegiam os interesses do leitor moderno, transpondo o termo original para uma metalinguagem contemporânea. No primeiro caso, cabe ao historiógrafo-tradutor reconstruir todo o campo semântico das noções utilizadas pelo autor original e criar, na língua tradutora, uma rede terminológica que lhe seja isomorfa, de modo a preservar inalteráveis as relações propostas no texto-fonte. No segundo caso, o historiógrafo-tradutor tem que ter em mente as especificidades do seu leitor em potencial. De fato, tanto linguistas quanto filósofos, quanto teóricos da literatura, cada um com sua rede terminológica e nocional próprias teria interesse em textos da tradição grega clássica. Por qual dessas metalinguagens o historiógrafo-tradutor deve se pautar, isso dependerá da comunidade profissional com que quiser interagir.

Evidentemente as duas práticas são problemáticas: qualquer procedimento por que optemos implica dois níveis de interpretação: o da metalinguagem do texto fonte, cujo contexto de uso nem sempre é plenamente recuperável pelo historiógrafo, e o da metalinguagem dos vários grupos profissionais que lhe são co-ocorrentes. Reconstruções históricas do que nossos antepassados pensaram, ou disseram, são reconstruções com que qualquer historiógrafo da linguística pode concordar, no sentido de que é possível chegar a um consenso sobre a interpretação de determinado fato, a partir, por exemplo, de um documento, uma carta, ou de uma evidência qualquer desse tipo. Reconstruções racionais, nos termos de Rorty (1993), ou das ideias dos textos dos nossos antepassados são de natureza diferente e dificilmente convergem – o que determinado linguista do passado disse depende de quem faz a pergunta, pois, nesse caso, o historiógrafo não está mais fazendo só história, mas também linguística. Elaborar uma historiografia adequada é, pois, tarefa bem mais complexa do que “contar as coisas como se passaram”: historiógrafos selecionam, organizam e hierarquizam fatos antes mesmo de interpretá-los (ROBINS, 1990, p. 11), e, ao dialogarem com linguistas do passado, podem concordar com sua linguística, ou não.

HISTÓRIAS, ESTÓRIAS E HISTORIOGRAFIAS

Seja como for, se há algum consenso entre aqueles que, nos últimos anos, têm-se debruçado sobre a atividade historiográfica em linguística, é que um trabalho de tal natureza não se resume a uma simples compilação de datas, fatos, títulos e nomes relacionados com o estudo das línguas e da linguagem. Historiografias não são “crônicas”, ou seja, listas de nomes, datas, títulos e eventos ligados às línguas e à linguagem. A conhecida definição, formulada antes

ainda da década de 1920 por Benedetto Croce (1915), no seu *Zur Theorie und Geschichte der Historiographie*⁸, é útil para nos ajudar a distinguir uma historiografia de base metodológica de uma historiografia da crônica dos acontecimentos históricos (SWIGGERS, 1989). A atividade historiográfica que ambiciona compreender os movimentos em história da ciência presume uma atividade de seleção, reconstrução, ordenação e interpretação dos fatos, a partir de um conjunto de procedimentos básicos minimamente consensuais, como a dupla competência em história e linguística da parte do historiógrafo (MALKIEL, 1969), a familiaridade com as fontes primárias, a sensibilidade aos anacronismos e presentismos.

Historiografias e crônica

História e historiografia da linguística têm, pois, estatutos e dimensões diferentes. Especialmente não são coextensivas. Suas relações são comparáveis àquelas existentes entre uma gramática descritiva e a língua que ela descreve (SWIGGERS, 1983). Assim como o linguista não esgota (e nem pretende esgotar) a língua sob descrição em toda sua complexidade, o historiógrafo também efetua um recorte sobre o *continuum* histórico, cujos fatos procura compreender e reconstruir.

Não que crônicas não sejam trabalhos necessários; ao contrário, são importantes instrumentos de trabalho. No estudo das tradições brasileiras de pesquisa, por exemplo, seria extremamente desejável que tivéssemos boas crônicas disponíveis. Até há bem pouco tempo, a primeira impressão do historiógrafo que se propusesse a revisitar os modos como a comunidade acadêmica brasileira percebeu e registrou o trabalho das gerações que os antecederam é a de que não haveria como resgatar essa memória. Com efeito, quando meu interesse pelas tradições brasileiras de estudo da linguagem despertou, ainda ao final da década de 1980, a primeira dificuldade a transpor foi a extrema dispersão da literatura crítica sobre os estudos linguísticos no Brasil. Até aquele momento, à exceção de Pinto (1978, 1981), Mattoso Câmara (1976), Naro (1976), Naro e Reighard (1976) e Dietrich (1980), não encontrei obras de referência suficientemente abrangentes que permitissem recuperar, de forma segura e sistemática, as grandes linhas da pesquisa linguística brasileira. A reconstrução dos processos de institucionalização dos estudos linguísticos no Brasil, que começou a se delinear apenas na década de 1930, só foi possível, pois, mediante um paciente trabalho de garimpagem em anais de congressos, em prefácios de traduções, em alguns números monográficos de periódicos e em alguns textos encomendados para ocasiões específicas, em que se precisou dar notícia do que é que, afinal, se fazia em matéria de pesquisa linguística no Brasil. Certamente essa foi uma das razões pelas quais os autores brasileiros que, até a década de 1980, se debruçaram sobre a história das tradições de pesquisa que os antecederam (ALTMAN, 1997a) tiveram mais a intenção de informar sobre os nomes, as datas, os títulos e as “escolas” que aqui estiveram em evidência, do que de repensar criticamente a produção brasileira, no contexto mais geral da formação e desenvolvimento de uma metodologia de análise linguística. Consequentemente, essa

8 Também em versão francesa, com tradução do italiano feita por Alain Dufour: *Théorie et histoire de l'historiographie* (Geneve: Droz, 1968).

literatura de revisão da produção linguística brasileira se constituiu mais de “estórias” pessoais, resultantes de levantamentos não sistemáticos e aleatórios, do que de historiografias linguísticas, tal como as entendemos hoje.

Historiografias não se confundem, pois, com crônicas, com testemunhos, com a visão particular, individual em face de um acontecimento. A escolha e o encaideamento dos fatos dependem de um sistema de referências presente naquele que opera essa seleção que não é individual, mas coletivo. É nesse contexto que se insere o acontecimento em que o historiógrafo opera a valorização do fato e, conseqüentemente, justifica sua seleção e a opinião estabelecida a seu respeito que constitui seu caráter histórico.

Historiografias e estórias

No editorial que inaugura o periódico *Historiographia Linguistica*, Koerner (1974, p. 1-10, reelaborado em KOERNER 1989, p. 80-84) sistematiza os trabalhos de história da linguística publicados desde o século XIX, a partir das eventuais motivações e características individuais do pesquisador que se propõe a escrever a história (ou parte da história) da sua disciplina⁹. A idade, a posição acadêmica e o tempo de carreira parecem ser variáveis correlacionáveis com a maneira como esse pesquisador interpreta – e dispõe em texto – a sucessão dos acontecimentos que o antecederam na cronologia da sua disciplina. São parâmetros dessa natureza, aliás, que fundamentam o modelo de “retórica revolucionária” e “retórica continuísta” de Murray (1994), que considero extremamente pertinente para a interpretação de certos aspectos da produção acadêmica da linguística brasileira, tal como tentativamente procurei aplicar em Altman (1998) – ver também Coelho (1998). Associando esse conjunto de parâmetros relativos à pessoa do historiador com a forma com que apresentaram a cronologia dos estudos linguísticos em seus trabalhos, Koerner classificou as historiografias linguísticas em três tipos possíveis.

O primeiro tipo resulta da compilação do trabalho de uma determinada geração – ou melhor, de alguém que represente suas ideias, crenças e compromissos, geralmente um pesquisador proeminente na área em que atua, já pelo final da sua carreira acadêmica – convencida de que os principais objetivos da sua disciplina já foram conquistados e que o que resta a fazer na disciplina é o que Kuhn (1970) chamou de *mopping up operations* (operações-limpeza). Do ponto de vista desse historiógrafo, o quadro teórico da disciplina já está suficientemente amadurecido para que o pesquisador comum execute suas investigações, sem que sejam necessárias revisões importantes na metodologia geral de trabalho, já estabelecida. A convicção de Leroy (1963) e Malmberg (1964), que focalizam o período pós-1916, de que a linguística é uma ciência não histórica (mas não a-histórica) é um bom exemplo. Sem dúvida, também é o caso de Mattoso Câmara (1975b).

Um segundo tipo de historiografia observado por Koerner (1989, p. 81) pode ser caracterizado como aquele em que a principal motivação do historiador – mais jovem do que no caso anterior, e em estágios iniciais da atividade acadêmica – é representar um grupo específico da disciplina, disposto a relançá-la sob

9 Vários outros fatores lembrados pelo autor interferem, indubitavelmente, na execução do trabalho historiográfico – condições socioeconômicas, acontecimentos históricos mais gerais, situações políticas. Destaco, nesta seção, entretanto, apenas aqueles relativos às variáveis individuais do historiógrafo.

“novas” bases, geralmente em franca oposição com a geração imediatamente precedente. O conhecimento produzido sobre a linguagem, anterior ao momento que lhe é contemporâneo, é, nessa proposição, um estágio a ser ultrapassado, e a argumentação, frequentemente polêmica, baseia-se em reiteradas reivindicações de “novidade” e “originalidade”. Newmeyer (1986a), especialmente na sua primeira versão, foi duramente criticado por historiógrafos contemporâneos como um exemplo típico dessa retórica revolucionária.

O terceiro tipo, caracterizado por Koerner (1995a, 1995b) como o ideal desejável a ser buscado pela historiografia da linguística contemporânea, não visa nem à defesa de um paradigma particular, nem à reivindicação de uma revolução científica no interior da disciplina. Trata-se da tentativa desinteressada de estabelecer o conjunto de fatos historicamente pertinentes na cronologia da disciplina¹⁰, a partir de um conjunto de princípios preestabelecidos. Somos menos céticos, talvez, do que Nietzsche (apud BORGES NETO, 1989), para quem todas as histórias são falsas.

A atividade historiográfica que ambiciona compreender os movimentos em história da ciência presume, inevitavelmente, uma atividade de seleção, ordenação, reconstrução e interpretação dos fatos relevantes (história *rerum gestarum*) para o quadro de reflexão que constrói o historiógrafo. Seu objeto não é óbvio, tampouco dado de antemão. O objeto da historiografia linguística é construído, no sentido de que é uma representação dos conhecimentos que temos a respeito da história, com que mantém uma relação de iconicidade parcial. Consequentemente, o objeto varia conforme nossos conhecimentos da história – das diferentes épocas históricas e dos meios sociais e étnicos diferentes. A pertinência e o valor do acontecimento são funções não apenas do objeto selecionado, mas, igualmente, do historiógrafo que opera a seleção.

O fato de esse conhecimento ser parcial e superável não implica, entretanto, que seja sempre falso. O “fato histórico” não é imutável, nem óbvio. Toda manifestação humana pode ser um fato passado porque se produziu no passado, mas nem todos os fatos passados são históricos, no sentido de contribuir para um processo histórico. Ou seja, depende de suas relações com outros acontecimentos considerados nos encadeamentos da causalidade/finalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendo, pois, historiografia linguística como uma disciplina à vocação científica que tem como principais objetivos descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto social e cultural, através do tempo. Dito de outra maneira, o trabalho do historiógrafo das ciências da linguagem deve focalizar não só a dimensão cognitiva do desenvolvimento da disciplina, a chamada dimensão interna, mas também a sua dimensão social, externa, se quisermos. A atividade de escrever a história da linguística presume, pois, a tarefa de reconstrução dos “fatos” a partir dos quais o historiógrafo constrói seu sistema de referências, mas pressupõe também a tarefa de selecionar e interpretar como os problemas linguísticos se constituíram, se formularam e se reformularam através do tempo. O que pressupõe uma ati-

¹⁰ Para uma reflexão extensiva sobre as tarefas de determinação e seleção dos fatos historicamente pertinentes a serem executadas pelo historiador, ver Schaff (1991, p. 203-238).

vidade fundada em princípios bem definidos, cuja precisão e rigor podem ser comparáveis não apenas à própria linguística, mas também às polêmicas, divergências e questões que, cada um a seu tempo.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, C. *Unificação e diversificação da lingüística*. Pesquisa documental de produção lingüística brasileira contemporânea (1968-1988). 1993. Tese (Doutorado em Linguística)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- _____. Memórias da linguística na linguística brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL – ENANPOLL, 2. *Revista Anpoll*, São Paulo, n. 2, p. 173-189, 1996.
- _____. Fragmentos do século XX. Bibliografia cronológica e comentada sobre produção lingüística brasileira. In: GÄRTNER, E. (Ed.). *Pesquisas lingüísticas em Portugal e no Brasil*. Frankfurt, Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1997a. p. 41-78.
- _____. Resenha a Radwanska-Williams 1994. *Word*, v. 48, n. 2, p. 256-259, 1997b.
- _____. *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.
- ANDRESEN, J. T. François Thurot and the first history of grammar. *Historiographia Linguistica*, v. 5, p. 45-57, 1978.
- ARENS, H. *Sprachwissenschaft: Der Gang ihrer Entwicklung von der Antike bis zur Gegenwart*. 2. ed. ampliada. Freiburg & Munich: K. Alber, 1969.
- ASSUNÇÃO, C. G. F.; LOUREIRO, M. (Ed.). *Ideias lingüísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX)*. Munster: Nodus, 2010. 2 v.
- AUROUX, S. (Ed.). *Histoire des idées linguistiques*. Brussels: Mardaga, 1989. t. I.
- _____. (Ed.). *Histoire des idées linguistiques*. Brussels: Pierre Mardaga, 1992. t. II.
- _____. (Ed.). *Histoire des idées linguistiques*. Brussels: Mardaga, 2000. t. III.
- BARRIGA VILLANUEVA, R.; PARODI, C. *La Lingüística en México 1980-1996*. México: El Colégio de México; Los Angeles: Ucla, 1998.
- BARROS, M. C. D. M. *Lingüística missionária*: Summer Institute of Linguistics. 1993. Tese (Doutorado em Linguística)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- _____. *História entrelaçada 2: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- _____. *História entrelaçada 3: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Lucerna, 2008.
- BENFEY, T. *Geschichte der Sprachwissenschaft und orientalischen Philologie in Deutschland seit dem Anfange des 19. Jahrhunderts, mit einem Rückblick auf die früheren Zeiten*. New York: Johnson, 1965.

BIBLIOGRAPHIE LINGUISTIQUE/Linguistic Bibliography, 1970-ss. Utrecht-Anvers: Spectrum, 1970-ss.

BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Henry Holt & Co, 1933.

BORBA, F. da S. *Introdução aos estudos lingüísticos*. São Paulo: Nacional, 1967.

BORGES NETO, J. Nietzsche e a história: considerações sobre “da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida”. *História: questões & debates*, v. 10, n. 18-19, p. 349-362, 1989.

BRANDÃO, S. F. *A Geografia lingüística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

BUGARSKY, R. The object of linguistics in historical perspective. In: PARRET, H. (Ed.). *History of linguistic thought and contemporary linguistics*. Berlin: Gruyter, 1976, p. 1-12.

CASTILHO, A. T. de. A cadeira de Lingüística no Curso de Letras. *ALFA*, São Paulo, v. 7/8, p. 155-161, 1965.

_____. Discurso pronunciado por ocasião do V Instituto Interamericano de Lingüística e do VII Instituto Brasileiro de Lingüística, Campinas, de 3 de janeiro a 15 de fevereiro de 1980. *CEL*, v. 6, p. 16-17, 1984.

CHOMSKY, N. *Cartesian linguistics*. A chapter in the history of rationalist thought. New York, London: Harper & Row, 1966.

_____. *Lingüística cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista*. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. *Language and problems of knowledge*. The Managua Lectures. Cambridge, MA: MIT Press, 1988.

_____. Knowledge of history and theory construction in modern linguistics. *DELTA*, v. 13, p. 103-122, 1997.

CHRISTINO, B. *A rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do rã-txa hu-ni-ku-i em face da sul-americanística dos anos 1890-1929*. 2007. Tese (Doutorado em Etnolinguística)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COELHO, O. F. *Serafim da Silva Neto (1917-1960) e a filologia brasileira: um ensaio historiográfico sobre o papel da liderança na articulação de um paradigma em ciência da linguagem*. 1998. Dissertação (Mestrado em Linguística)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

COSERIU, E. *Die Geschichte der Sprachphilosophie von der Antike bis zur Gegenwart*. Tübingen: Narr, 1969-1972. 2 v.

_____. Perspectivas gerais. In: NARO, A. J. (Org.). *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Tradução Maria Candida Diaz Bordenave e Marilda Winkler Averbug. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 11-44.

_____. *Tradição e novidade na ciência da linguagem*. Estudos de história da lingüística. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1980a.

_____. François Thurot. In: _____. *Tradição e novidade na ciência da linguagem*. Estudos de história da lingüística. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1980b. p. 145-151.

CROCE, B. *Zur Theorie und Geschichte der Historiographie*. Stuttgart: J. C. B. Mohr, 1915.

- DE CLERQ, J.; DESMET, D. (Ed.). *Florilegium Historiographiae Linguisticae*. Louvain: Peeters, 1994.
- DE CLERQ, J.; SWIGGERS, P. L'histoire de la linguistique: 'L'autre histoire' et l'histoire d'une histoire. In: FELDBUSCH, E.; POGARELL, R.; WEISS, C. (Ed.). *Neue Fragen der Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1991. p. 15-21.
- DE GUEVARA, M.; LLORENTE, A. *Teoria de la lengua e historia de la linguistica*. Madrid: Alcala, 1967.
- DELBRÜK, B. *Introduction to the study of language: a critical survey of the history and methods of comparative philology of Indo-European languages*. Amsterdam: John Benjamins, 1989.
- DIETRICH, W. *Bibliografia da língua portuguesa do Brasil*. Tübingen: Narr, 1980.
- DUTZ, K. (Ed.). *Sprachwissenschaft im 18. Jahrhundert*. Fallstudien und Überblick. Münster: Nodus, 1993.
- ESPARZA, M. Á.; NIEDEREHE, H.-J. *Bibliografía cronológica de la lingüística, la gramática y la lexicografía del español* (Bicres). Desde el año 1801 hasta el año 1860. Amsterdam: John Benjamins, 2012.
- FARACO, C. A. *Linguística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.
- HARRIS, R. A. *The linguistic wars*. New York: Oxford University Press, 1993.
- HÜLLEN, W. (Ed.). Understanding the historiography of linguistics. Problems and projects. In: *Symposium at Essen, 23-25 november 1989*. Münster: Nodus, 1990.
- HYMES, D. (Ed.). *Essays in the History of Linguistic Anthropology*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1983.
- HYMES, D.; FOUGHT, J. *American structuralism*. The Hague, Paris, New York: Mouton, 1981.
- ILARI, R. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 1992.
- IVIĆ, M. *Trends in linguistics*. The Hague: Mouton, 1965.
- JESPERSEN, O. *Language. Its nature, development and origin*. London: George Allen & Unwin, 1949.
- JOSEPH, J. E. Resenha de Chomsky 1997. *Historiographia Linguistica*, v. 26, n. 3, p. 421-428, 1999.
- KOERNER, E. F. K. Purpose and scope of *Historiographia Linguistica*. Editorial. *Historiographia Linguistica*, v. 1, n. 1, p. 1-10, 1974.
- _____. European structuralism: early beginnings. In: SEBEOK, T. A. (Ed.). *Current trends in linguistics. Historiography of linguistics*. Paris: Mouton, 1975. v. 13, p. 717-827.
- _____. *Western histories of linguistic thought: an annotated chronological bibliography 1822-1976*. Amsterdam: John Benjamins, 1978.
- _____. The Chomskyan "Revolution" and its historiography: a few critical remarks. *Language & Communication*, v. 3, p. 147-169, 1983.
- _____. Remarques critiques sur la linguistique américaine et son historiographie. *Linguisticae Investigationes*, v. 8, n. 1, p. 87-103, 1984.
- _____. *Practicing linguistic historiography: selected essays*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1989.

- KOERNER, E. F. K. Persistent issues in linguistic historiography. In: JANKOWSKY, K. R. (Ed.). *History of linguistics 1993: Papers from the Sixth International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS VI)*, Washington, D.C., 9-14 August 1993. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1995a. p. 3-25.
- _____. *Professing linguistic historiography*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1995b.
- _____. Historiography of linguistics. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (Ed.). *Concise history of the language sciences: from the Sumerians to the cognitivists*. Oxford, New York: Pergamon Press, 1995c. p. 7-16.
- _____. Metalanguage in linguistic historiography. In: _____. *Professing linguistic historiography*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1995d. p. 27-46.
- _____. O problema da metalinguagem em historiografia da lingüística. Tradução Cristina Altman. *DELTA*, v. 12, n. 1, p. 95-124, 1996.
- KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (Ed.). *Concise history of the language sciences: from the Sumerians to the cognitivists*. Oxford, New York: Pergamon Press, 1995.
- KOERNER, E. F. K.; TAJIMA, M. (Comp.). *Noam Chomsky: a personal bibliography, 1951-1986*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1986.
- KOERNER, E. F. K. et al. (Ed.). *History of the language sciences/Histoire des sciences du langage/Geschichte der Sprachwissenschaften: an international handbook on the evolution of the study of language from the beginnings to the present/Manuel international [...]*. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2000.
- KUHN, T. S. *The structure of scientific revolutions*. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1970.
- LAW, V. (Ed.). *History of linguistic thought in the Early Middle Ages*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1993.
- LEMLE, M. Resenha a Chomsky 1966. *Estudos Lingüísticos*, v. 2, n. 1/2, p. 69-80, 1967.
- _____. O novo estruturalismo em lingüística: Chomsky. *Tempo Brasileiro*, v. 15/16, p. 55-69, 1973.
- LEPSCHY, G. *A lingüística estrutural*. Tradução Nites Therezinha Feres. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- _____. (Ed.). *History of linguistics*. London: Longman, 1990-1994. 2. v.
- LEROY, M. *Les grands courants de la linguistique moderne*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1963.
- _____. *As grandes correntes da lingüística moderna*. Tradução Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1971.
- LOBATO, L. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.
- LOPES, E. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- MACHADO, J. P. *Breve história da lingüística*. Lisboa: Inquérito, 1942.
- MALKIEL, Y. History and histories of linguistics. *Romance Philology*, v. 22, p. 530-566, 573-574, 1969.
- _____. History and histories of linguistics. In: _____. *From particular to general linguistics: selected essays 1965-1978*. Amsterdam, Philadelphia, John Benjamins, 1983. p. 49-83.

- MALMBERG, B. *New trends in linguistics: an orientation*. Stockholm, Lund: Naturmetodens Språkinstitut, 1964.
- _____. *As novas tendências da lingüística*. Uma orientação à lingüística moderna. Tradução Francisco da S. Borba. São Paulo: Nacional, 1971.
- _____. *Histoire de la linguistique: Sumer à Saussure*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.
- MATTHEWS, P. H. *Gramatical theory: from Bloomfield to Chomsky*. Cambridge: University Press, 1993.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- MATTOSO CÂMARA, J. A descoberta do sânscrito pela erudição moderna. In: _____. *História da lingüística*. Petrópolis: Vozes, 1975a. p. 33-37.
- _____. *História da lingüística*. Tradução Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1975b.
- _____. A lingüística brasileira. In: NARO, A. J. (Org.). *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Tradução Maria Candida Diaz Bordenave e Marilda Winkler Averbug. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 45-66.
- MIAZZI, M. L. F. *Introdução à lingüística românica*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1972.
- MOUNIN, G. *História da lingüística: das origens ao século XX*. Tradução F. J. Hopffer Rêgo. Porto: Despertar, 1970.
- _____. *A lingüística do século XX*. Tradução Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1972.
- MURRAY, S. O. *Theory groups and the study of language in North America. A social history*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1994.
- NARO, A. J. (Org.). *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Tradução Maria Candida Diaz Bordenave e Marilda Winkler Averbug. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- NARO, A. J.; REIGHARD, J. Bibliografia analítica de Joaquim Mattoso Câmara. In: NARO, A. J. (Org.). *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Tradução Maria Candida Diaz Bordenave e Marilda Winkler Averbug. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 115-147.
- NEWMAYER, F. J. *Linguistic theory in America*. 2. ed. San Diego: Academic Press, 1986a.
- _____. *The politics of Linguistics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986b.
- _____. *Generative linguistics: a historical perspective*. London, New York: Routledge, 1996.
- _____. *Language form and language function*. Cambridge, MA: MIT Press, 1998.
- NIEDEREHE, H.-J. *Bibliografía cronológica de la lingüística, la gramática y la lexicografía del español (Bicres I)*. Desde los comienzos hasta el año 1600. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- _____. *Bibliografía cronológica de la lingüística, la gramática y la lexicografía del español (Bicres II)*. Desde 1601 hasta el año 1700. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1999.

- NEWMeyer, F. J. *Bibliografía cronológica de la lingüística, la gramática y la lexicografía del español* (Bicres III). Desde 1701 hasta el año 1800, Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2005.
- PARRET, H. (Ed.). *History of linguistic thought and contemporary linguistics*. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1976.
- PEDERSEN, H. *A glance at the history of linguistics, with particular regard to the historical study of phonology*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1983.
- PERCIVAL, W. K. The applicability of Kuhn's paradigms to the history of linguistics. *Language*, v. 52, n. 2, p. 285-94, 1976.
- PINTO, E. P. Introdução. In: _____. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 1: 1820/1920, fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978. p. XV-LVIII.
- _____. Introdução. In: _____. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 2: 1920/1945: fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1981. p. XIII-LI.
- RADWANSKA-WILLIAMS, J. *A paradigm lost: the linguistic theory of Mikolaj Kruszewski*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1994. (Studies in the History of the Language Sciences, 73).
- ROBINS, R. H. *A short history of linguistics*. London: Longman; Bloomington: Indiana University Press, 1967.
- _____. *Pequena história da linguística*. Tradução Luiz M. Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.
- _____. Constraints and intentions in the organization of the history of linguistics. In: HÜLLEN, W. (Ed.). *Understanding the historiography of linguistics*. Problems and projects. Münster: Nodus, 1990. p. 11-19.
- RORTY, R. The historiography of philosophy: four genres. In: _____. *Truth and progress*. Cambridge: University Press, 1993. v. III, p. 247-273.
- SALMON, P. B. Origin of language debate in the Eighteenth Century. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (Ed.). *Concise history of the language sciences: from the Sumerians to the cognitivists*. Oxford, New York: Pergamon Press, 1995. p. 184-187.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. Tradução A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1993.
- SCHAFF, A. *História e verdade*. Tradução Maria Paula Duarte. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- SCHMITTER, P. (Ed.). *Geschichte der Sprachtheorie*. Tübingen: Narr, 1987.
- SCLIAR-CABRAL, L. *Introdução à lingüística*. Porto Alegre: Globo, 1979.
- SEBEOK, T. A. (Ed.). *Current trends in linguistics*. Historiography of linguistics. Paris: Mouton, 1975. v. 13.
- SEUREN, P. A. M. *Western linguistics*. An historical introduction. Oxford, Malden: Blackwell, 1998.
- SILVA NETO, S. da. *Manual de filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1988.
- SIMONE, R. Purus historicus est asinus: Quattro modi di fare storia della linguistica. *Lingua e Stile*, v. 30, n. 1, p. 117-126, 1995.

- ŠKILJAN, D. Traduction “rétrospective” et traduction “prospective” des textes grammaticaux anciens. *Histoire Epistémologie Langage*, v. 22, n. 2, p. 7-14, 2000.
- STAMMERJOHANN, H. (Ed.). *Lexicon grammaticorum*. Who’s who in the history of world linguistics. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1996.
- STEINTHAL, H. *Geschichte der Sprachwissenschaft bei den Griechen und Römern, mit besonderer Rücksicht auf die Logik*. 2. ed. rev. Berlin: F. Dümmler, 1890-1891. 2 v.
- STUTZ, E. A diferença lingüística no Brasil holandês 1640-1647. *Estudos Lingüísticos*, v. 29, p. 800-805, 2000.
- SWIGGERS, P. “Portraits of Linguists” Anno 1927. *Historiographia Linguistica*, v. 1/2, p. 175-177, 1982.
- _____. La méthodologie de l’historiographie de la linguistique. *Folia Linguistica Historica*, v. 4, p. 55-79, 1983.
- _____. Histoire et historiographie de la linguistique. *Semiotica. Journal of the International Association for Semiotic Studies*, v. 31, n. 1/2, p. 107-137, 1989.
- _____. Reflections on (models for) linguistic historiography. In: HÜLLEN, W. (Ed.). *Understanding the historiography of linguistics*. Problems and Projects. Symposium at Essen, 23-25 november 1989. Münster: Nodus, 1990. p. 21-34.
- _____. Cronique de linguistique générale et française (III). In: SAINT-GÉRARD, J.-P. (Ed.). *Travaux de linguistique*. Belgique: Duculot, 1991. v. 22, p. 1-28.
- _____. Jean-François Thurot. In: STAMMERJOHANN, H. (Ed.). *Lexicon grammaticorum*. Who’s who in the history of world linguistics. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1996a. p. 918-919.
- _____. Chronique de linguistique générale et française (VIII). In: SAINT-GÉRARD, J.-P. (Ed.). *Histoire de la linguistique (française) aux temps modernes*. Langue et linguistique. Mouvements croisés et alternés (1790-1860). Belgique: Duculot, 1996b. (Travaux de Linguistique 33).
- _____. *Histoire de la pensée linguistique*. Paris: PUF, 1997.
- _____. (Ed.). *E. F. K. Koerner. A biobibliography*. Leuven: Centre International de Dialectologie Générale, 1999.
- TAGLIAVINI, C. *Panorama di storia della linguistica*. Bologna: Patron, 1963.
- THOMSEN, V. (Ludvig Peter). *História de la lingüística*. Tradução Javier de Echaive-Sustaeta Barcelona: Labor, 1945.
- THUROT, F. Discours préliminaire. In: HARRIS, J. *Hermes, or a philosophical inquiry concerning universal grammar*. Paris: L’Imprimerie de la République, 1976. p. IX-CXX.
- VILANOVA, A.; LUJAN, N. *Nociones de historia linguistica y estetica literaria*. Barcelona: Teide, 1950.
- ZWARTJES, O. *Portuguese missionary grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2011.
- ZWARTJES, O.; ALTMAN, C. (Ed.) *Missionary linguistics II/ Lingüística misionera II*. Orthography and phonology. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2005.

ZWARTJES, O.; ARZÁPALO, R.; SMITH-STARK, T. (Ed.). *Missionary linguistics IV/Lingüística misionera IV*. Morphology and syntax. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2009.

ZWARTJES, O.; HOVDHAUGEN, E. (Ed.). *Missionary linguistics I/Lingüística misionera I*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2004.

ZWARTJES, O.; JAMENS, G.; RIDRUEJO, E. (Ed.). *Missionary linguistics III/Lingüística misionera III*. Lexicography. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2007.

ALTMAN, C. History, stories and historiography of Brazilian linguistics. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 14-37, 2012.

Abstract: *From some instances of historical reflection in Brazil on Linguistics, methodological aspects of the historiographic work are discussed, such as the establishment of the object, the selection of sources, the metalanguage and the historiographer's motivation.*

Keywords: *methodology of linguistic historiography; history; historiographies.*

Recebido em março de 2012.

Aprovado em março de 2012.